



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO - SEPLAN
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000015/2026

1. DO ORGÃO

- 1.1. Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN

2. DA UNIDADE ADMINISTRATIVA SOLICITANTE

- 2.1. Núcleo de Serviços Gerais e Transporte - NUCSG

3. DA MODALIDADE

- 3.1. Pregão Eletrônico - SRP.

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 4.1. Menor Preço por item

5. MODO DE DISPUTA

- 5.1. Aberto

6. CATEGORIA DE INVESTIMENTO

- (x) Outros serviços Pessoa Jurídica
() Equipamento de Apoio
() Equipamento de TI
() Consultoria/Auditoria/Assessoria
() Despesa de Custeio
() Bens de Consumo
(x) Material Permanente

7. DA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

- 7.1. Programa de Trabalho: 13590000 (Promoção da Transição e Eficiência Energética na Administração Pública)
7.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.39 e 4.4.90.52

8. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA

8.1. A presente demanda encontra-se alinhada com o Plano de Contratações Anual — PCA da Secretaria de Estado de Planejamento — SEPLAN, em conformidade com as diretrizes de planejamento previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023, bem como com as normas estaduais aplicáveis à gestão e racionalização da frota oficial, especialmente o Decreto Estadual nº 11.279/2023, alterado pelo Decreto Estadual nº 11.623/2025.

8.2. O item objeto desta solicitação está devidamente registrado no PCA vigente, sob a seguinte classificação: Veículo sobre rodas, em conformidade com o planejamento estratégico institucional e com a previsão orçamentária aprovada para o exercício. Tal registro reforça o compromisso da SEPLAN/AC com o planejamento prévio, a legalidade e a racionalização dos gastos públicos, em estrita observância às normas que regem a fase preparatória da contratação.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. O Registro de Preços independe de previsão orçamentária. Isso porque não há a obrigatoriedade da contratação, portanto não há necessidade de se demonstrar a existência do recurso. Essa comprovação só é exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

9.2. Nesse sentido, o disposto no art. 301 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, remete expressamente ao disciplinado no art. 82 ao art. 86 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 301. No SRP não será necessária a apresentação da dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, sendo, contudo, obrigatória a indicação dos códigos do elemento de despesa e do item do material ou serviço no e-fisco.

10. DO VALOR ESTIMADO

10.1. O custo estimado da contratação, compreendendo os valores unitários e global estimados, bem como o preço máximo aceitável pela Administração, possuirá caráter sigiloso **até o julgamento das propostas**, nos termos do art. 24 da

10.2. A adoção do orçamento sigiloso justifica-se pela necessidade de preservar a competitividade do certame, evitar o direcionamento artificial das propostas ao valor de referência da Administração e favorecer a obtenção da proposta mais vantajosa, especialmente em razão da natureza do objeto, composto por veículos elétricos, veículos híbridos, estações de recarga e serviço técnico especializado, cujos preços estão sujeitos a variações de mercado, disponibilidade tecnológica, composição tributária, custos logísticos e condições comerciais próprias de cada fornecedor.

10.3. O sigilo do orçamento não prejudicará a formulação das propostas pelos licitantes, uma vez que permanecerão integralmente divulgados no Termo de Referência o objeto, os quantitativos, as especificações técnicas, os requisitos mínimos de desempenho, os locais de entrega e execução, as condições de garantia, assistência técnica, prazos, obrigações contratuais e demais elementos necessários à adequada precificação pelos interessados.

10.4. O mapa de preços, as memórias de cálculo, os preços unitários referenciais e os documentos que fundamentam a estimativa da contratação deverão constar dos autos em apartado ou anexo classificado como sigiloso, com acesso restrito aos agentes públicos responsáveis pela instrução, condução, controle e fiscalização do procedimento, sem prejuízo do acesso pelos órgãos de controle interno e externo.

10.5. O sigilo será mantido até a adjudicação, ressalvada a possibilidade de revelação do valor estimado dos itens pertinentes durante a fase de negociação, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido pela Administração, de modo a permitir a adequação da proposta aos limites de aceitabilidade e assegurar a condução isonômica, eficiente e transparente do certame.

11. DO OBJETO

11.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de veículos elétricos e veículos híbridos, bem como estação de recarga para veículo elétrico, devidamente instalada e operacional, destinados à modernização da frota oficial dos seguintes Órgãos: Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, Secretaria de Estado de Administração - SEAD, Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP, Secretaria de Estado de Segurança Pública - SEJUSP, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil – CEPDC e Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre – IDAF, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste instrumento.

11.2. A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, considerando a possibilidade de expansão futura da frota sustentável, bem como a eventual adesão de outros órgãos da Administração Pública Estadual interessados na modernização de suas frotas com veículos de menor impacto ambiental.

11.3. O objeto da contratação compreende o fornecimento dos seguintes itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE PARA REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
------	---------------	--------	-------------------	--------------------------	-------------------------	----------------------

1	<p>Veículo automotor 100% elétrico – categoria hatch urbano/institucional</p> <p>Veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo hatch, 100% elétrico (BEV – Battery Electric Vehicle), com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Capacidade para 05 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor; – 04 (quatro) portas laterais; – Motorização exclusivamente elétrica, com autonomia mínima de 200km conforme padrão INMETRO vigente; – Bateria de tração com garantia mínima de fábrica conforme prática de mercado; – Sistema de recarga compatível com padrão nacional e protocolo aberto (quando aplicável); – Ar-condicionado original de fábrica; – Direção elétrica ou eletroassistida; – Vidros e travas elétricas nas portas; – Sistema de freios com ABS e controle eletrônico de estabilidade (ESC), quando exigido pela regulamentação nacional; – Airbags frontais, no mínimo; – Sistema multimídia ou rádio integrado; – Cor branca; – Equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro; – Garantia mínima conforme legislação aplicável; – Atender integralmente às normas ambientais e de segurança vigentes no território nacional. <p>Categoria de uso: urbano/institucional, para deslocamentos administrativos.</p>	620779	UND	16	R\$	R\$
---	--	--------	-----	----	-----	-----

2	<p>Veículo automotor híbrido – categoria sedan urbano/institucional</p> <p>Veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo sedan, com tecnologia híbrida (combinação de motorização elétrica e motorização a combustão interna), com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Capacidade para 05 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor; – 04 (quatro) portas laterais; – Sistema híbrido (elétrico + combustão), com gerenciamento eletrônico de energia; – Eficiência energética compatível com padrões vigentes do INMETRO; – Ar-condicionado original de fábrica; – Direção elétrica ou eletroassistida; – Vidros e travas elétricas; – Sistema de freios com ABS e controle eletrônico de estabilidade; – Airbags frontais, no mínimo; – Sistema multimídia ou rádio integrado; – Cor branca; – Equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro; – Garantia mínima de fábrica para o conjunto motriz e sistema híbrido, conforme prática de mercado; – Atendimento às normas ambientais vigentes. <p>Categoria de uso: urbano e interurbano leve, para deslocamentos administrativos de maior autonomia.</p>	484528	UND	18	R\$	R\$
---	---	--------	-----	----	-----	-----

3	<p>Estação de carregamento tipo Wall Box 7,4 KW (com instalação)</p> <p>Estação de recarga veicular AC tipo Wall Box, potência nominal de 7,4 kW com 01 conector, alimentação monofásica 220 a 240 Vca (2P+PE), corrente nominal de 32 A, frequência 50/60 Hz, padrão de recarga Modo 3, compatível com veículos elétricos conforme IEC 61851-1, conector Tipo 2 ou tomada Tipo 2, Tamanho do cabo 5m, instalação em parede ou em totem, uso interno/externo, Temperatura de operação -25°C~55°C, grau de proteção mínimo IP65 /IK08 proteção de impactos, com proteções elétricas integradas para sobrecorrente, subtensão, sobretensão e detecção de fuga, além de possibilidade de conectividade via Wi-Fi/ Ethernet, 4G com protocolo de comunicação OCPP 1.6 (2.0 opcional) e controle de acesso por cartão RFID ISO 14443A, MIFARE DESFire Ev1 ou aplicativo de gerenciamento de recarga, conforme modelo.</p> <p>Certificações IEC61851-1:2019, IEC61851-1:2017, IEC61851-21-2:2021</p>	620781	UND	15	R\$	R\$
---	---	--------	-----	----	-----	-----

4	Estação de carregamento tipo Wall Box 30 KW (com instalação) Estação de recarga veicular DC tipo Wall Box, potência nominal de 30 kW com 01 conector, alimentação trifásica 380-400 Vca (3P+N+PE), corrente nominal de 46 A por fase, frequência 50/60 Hz, padrão de recarga Modo 4, compatível com veículos elétricos conforme IEC 61851-2, conector Tipo CCS2, Tamanho do cabo 5m, instalação em parede ou em totem, uso interno/externo, Temperatura de operação-20°C~50°C, grau de proteção mínimo IP65 /IK10 proteção de impactos, com proteções elétricas integradas para sobrecorrente, subtensão, sobretensão e detecção de fuga, além de possibilidade de conectividade via Wi-Fi/ Ethernet, 4G com protocolo de comunicação OCPP 1.6 (2.0 opcional) e controle de acesso por cartão RFID ISO 14443A, MIFARE DESFire Ev1 ou aplicativo de gerenciamento de recarga, conforme modelo. Certificações IEC61851-1:2019, IEC61851-1:2017, IEC61851-21-2:2021	620781	UND	9	R\$	R\$
5	Serviço de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente Avaliação da capacidade de atendimento às estações de recarga AC ou DC, que consiste na elaboração de relatório técnico conclusivo, contendo: Diagnóstico da situação elétrica atual; Viabilidade ou não da implantação de estações de recarga AC ou DC no local indicado; Atendimento das Diretrizes técnicas do CBMAC para a futura instalação das estações de recarga AC ou DC; Recomendações de adequações, caso necessárias; Análise termográfica do QGBT principal.	876	UND	10	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$

11.4. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

ÓRGÃO GERENCIADOR - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO - SEPLAN				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Veículo automotor 100% elétrico – categoria hatch urbano/institucional	620779	UND	4

2	Veículo automotor híbrido – categoria sedan urbano/institucional	484528	UND	4
3	Estação de carregamento tipo Wall Box 7,4 KW (com instalação)	620781	UND	2
4	Estação de carregamento tipo Wall Box 30 KW (com instalação)	620781	UND	2
5	Serviço de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente	876	UND	4

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Veículo automotor 100% elétrico – categoria hatch urbano/institucional	620779	UND	2
2	Veículo automotor híbrido – categoria sedan urbano/institucional	484528	UND	2
3	Estação de carregamento tipo Wall Box 7,4 KW (com instalação)	620781	UND	1
4	Estação de carregamento tipo Wall Box 30 KW (com instalação)	620781	UND	1
5	Serviço de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente	876	UND	1

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Veículo automotor 100% elétrico – categoria hatch urbano/institucional	620779	UND	2
2	Veículo automotor híbrido – categoria sedan urbano/institucional	484528	UND	0
3	Estação de carregamento tipo Wall Box 7,4 KW (com instalação)	620781	UND	0
4	Estação de carregamento tipo Wall Box 30 KW (com instalação)	620781	UND	2
5	Serviço de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente	876	UND	2

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Veículo automotor 100% elétrico – categoria hatch urbano/institucional	620779	UND	2
2	Veículo automotor híbrido – categoria sedan urbano/institucional	484528	UND	2
3	Estação de carregamento tipo Wall Box 7,4 KW (com instalação)	620781	UND	2
4	Estação de carregamento tipo Wall Box 30 KW (com instalação)	620781	UND	2

5	Serviço de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente	876	UND	1
---	---	-----	-----	---

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS - SEOP				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Veículo automotor 100% elétrico – categoria hatch urbano/institucional	620779	UND	2
2	Veículo automotor híbrido – categoria sedan urbano/institucional	484528	UND	0
3	Estação de carregamento tipo Wall Box 7,4 KW (com instalação)	620781	UND	0
4	Estação de carregamento tipo Wall Box 30 KW (com instalação)	620781	UND	1
5	Serviço de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente	876	UND	1

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Veículo automotor 100% elétrico – categoria hatch urbano/institucional	620779	UND	0
2	Veículo automotor híbrido – categoria sedan urbano/institucional	484528	UND	9
3	Estação de carregamento tipo Wall Box 7,4 KW (com instalação)	620781	UND	9
4	Estação de carregamento tipo Wall Box 30 KW (com instalação)	620781	UND	0
5	Serviço de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente	876	UND	0

COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – CEPDC				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Veículo automotor 100% elétrico – categoria hatch urbano/institucional	620779	UND	1
2	Veículo automotor híbrido – categoria sedan urbano/institucional	484528	UND	1
3	Estação de carregamento tipo Wall Box 7,4 KW (com instalação)	620781	UND	1
4	Estação de carregamento tipo Wall Box 30 KW (com instalação)	620781	UND	0
5	Serviço de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente	876	UND	0

INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO ACRE – IDAF – IDAF				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE

1	Veículo automotor 100% elétrico – categoria hatch urbano/institucional	620779	UND	3
2	Veículo automotor híbrido – categoria sedan urbano/institucional	484528	UND	0
3	Estação de carregamento tipo Wall Box 7,4 KW (com instalação)	620781	UND	0
4	Estação de carregamento tipo Wall Box 30 KW (com instalação)	620781	UND	1
5	Serviço de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente	876	UND	1

11.5. Os bens deverão atender às especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência, bem como às normas vigentes aplicáveis, incluindo o Código de Trânsito Brasileiro, normas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), normas técnicas da ABNT e regulamentações de eficiência energética e segurança veicular.

12. DOS LOCAIS DE ENTREGA E EXECUÇÃO DO SERVIÇOS

12.1. A entrega dos veículos, a instalação das estações de recarga e a execução dos serviços técnicos ocorrerão nos locais indicados pelo órgão contratante, participante ou aderente, conforme endereço informado na respectiva Ordem de Fornecimento/Serviço, contrato ou instrumento equivalente, observadas as condições previstas no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no respectivo instrumento contratual.

12.2. Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN:

12.3. Os bens e serviços serão entregues ou executados, na sede da Secretaria, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 232, Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060, Palácio das Secretarias, no Anexo localizado na Rua Pernambuco, nº 495, bairro Dom Giocondo, Rio Branco/AC, ou em outro local indicado pela Administração.

12.4. Secretaria de estado de Planejamento - SEAD:

12.5. Os bens e serviços serão entregues ou executados, na sede da Secretaria, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 232, Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060, Palácio das Secretarias, ou em outro local indicado pela Administração.

12.6. Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA:

12.7. Os bens e serviços serão entregues ou executados, na sede da Secretaria, localizada na Rua Benjamin Constant, Nº 856, Primeiro e segundo piso - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69902-062, ou em outro local indicado pela Administração.

12.8. Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC:

12.9. Os bens e serviços serão entregues ou executados, na sede da Secretaria, localizada na Estrada da Invernada, nº 669, - Bairro Morada do Sol, Rio Branco/AC, CEP 69901-097, ou em outro local indicado pela Administração.

12.10. Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP

12.11. Os bens e serviços serão entregues ou executados, na sede da Secretaria, localizada na Rua Marechal Deodoro, nº 472, - Bairro Ipase, Rio Branco/AC, CEP 69.900-333, ou em outro local indicado pela Administração.

12.12. Secretaria de Estado de Segurança Pública - SEJUSP

12.13. Os bens e serviços serão entregues ou executados, na sede da Secretaria, localizada na Rua Benjamin Constant, 1015, - Bairro CENTRO, Rio Branco/AC, CEP 69900-064, ou em outro local indicado pela Administração.

12.14. Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil – CEPDC

12.15. Os bens e serviços serão entregues ou executados, na sede da Secretaria, Estrada da Invernada, nº 669, - Bairro Morada do Sol, Rio Branco/AC, CEP 69901-097, ou em outro local indicado pela Administração.

12.16. Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre – IDAF

12.17. Os bens e serviços serão entregues ou executados, na sede da Secretaria, Rodovia AC 040, 1054, - Bairro Loteamento Santa Helena, Rio Branco/AC, CEP 69908-640, ou em outro local indicado pela Administração.

13. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. A presente contratação decorre da necessidade administrativa de reestruturação e modernização da frota utilizada no transporte institucional de servidores da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, com vistas à manutenção da capacidade operacional da Pasta, à racionalização dos custos logísticos e ao alinhamento às diretrizes

estaduais de eficiência e sustentabilidade.

13.2. A SEPLAN, na condição de órgão central de planejamento governamental, desempenha atividades que demandam deslocamentos frequentes de servidores para reuniões técnicas, acompanhamento de projetos, visitas institucionais, atividades de campo e articulações interinstitucionais, tanto em áreas urbanas quanto em localidades com condições diferenciadas de trafegabilidade. A regularidade desses deslocamentos constitui requisito indispensável para a continuidade das atividades finalísticas da Secretaria.

13.3. A análise do cenário atual evidencia fatores que impactam a eficiência administrativa, tais como elevação progressiva de custos de manutenção, menor eficiência energética em comparação a tecnologias mais recentes e dependência predominante de combustíveis fósseis, circunstâncias que repercutem diretamente sobre a economicidade da gestão e na previsibilidade orçamentária.

13.4. Sob o aspecto normativo, o Decreto Estadual nº 11.279/2023 estabelece diretrizes para a gestão, padronização e racionalização da frota pública estadual, impondo à Administração o dever de adotar medidas voltadas ao controle de custos, à eficiência operacional e ao planejamento da renovação ou reestruturação dos veículos oficiais, com base em critérios técnicos e de desempenho. De igual modo, o Decreto nº 11.681/2025, que instituiu a Política Estadual de Transição Energética, orienta a Administração Pública à adoção gradual de soluções que promovam eficiência energética, redução de emissões de gases de efeito estufa e incorporação de tecnologias de menor impacto ambiental, sempre condicionadas à viabilidade técnica e econômica.

13.5. Com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais da eficiência (art. 37 da CF/88) e da sustentabilidade previstos na legislação de regência das contratações públicas (arts. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 11.363/2023), torna-se necessária a implementação de soluções de mobilidade institucional mais eficientes e ambientalmente responsáveis.

13.6. A contratação visa, portanto:

13.6.1. Substituir gradualmente veículos movidos exclusivamente a combustíveis fósseis por alternativas de menor impacto ambiental, como veículos elétricos, híbridos ou de maior eficiência energética;

13.6.2. Reduzir custos operacionais relacionados a combustíveis, manutenção corretiva e custo do ciclo de vida da frota, em observância à busca da proposta mais vantajosa, inclusive quanto ao ciclo de vida do objeto, nos termos do art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e às diretrizes da fase preparatória previstas no art. 18 da mesma Lei;

13.6.3. Promover responsabilidade socioambiental, em consonância com o art. 225 da Constituição Federal e com os critérios de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas;

13.6.4. Aprimorar a gestão da frota oficial, por meio da adoção de soluções de transporte mais limpas, seguras e compatíveis com as demandas institucionais, conforme as diretrizes de gestão da frota pública estadual.

13.7. Dessa forma, a necessidade ora descrita não se restringe à mera substituição de veículos, mas insere-se em processo estruturado de aprimoramento da gestão da mobilidade institucional, voltado à eficiência administrativa, à economicidade, à sustentabilidade ambiental e à conformidade com o marco normativo aplicável.

14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

14.1. Após a análise da necessidade administrativa, dos requisitos técnicos da contratação, das alternativas avaliadas e do levantamento de mercado realizado, concluiu-se que a aquisição de veículos elétricos e híbridos, com incorporação ao patrimônio público estadual, constitui a solução mais adequada para atender às demandas permanentes de mobilidade institucional da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN.

14.2. A solução encontra-se alinhada aos Requisitos da Contratação definidos neste Estudo Técnico Preliminar (art. 80, inciso III, do Decreto nº 11.363/2023), contemplando critérios mínimos de desempenho, segurança, eficiência energética, garantia, sustentabilidade e implantação de infraestrutura de recarga.

14.3. A decisão fundamenta-se nos seguintes eixos estruturantes:

I - Efetividade Operacional

A substituição gradual da frota atual, composta por 04 (quatro) veículos movidos exclusivamente a combustíveis fósseis, assegura a continuidade das atividades administrativas e técnicas desempenhadas pela Secretaria, mantendo a capacidade operacional existente e ampliando os níveis de confiabilidade, desempenho mecânico e disponibilidade da frota.

A solução preserva o atendimento simultâneo de agendas institucionais, reduz riscos de indisponibilidade decorrentes de manutenção corretiva frequente e moderniza os ativos empregados na execução das políticas públicas.

II - Custo do Ciclo de Vida e Economicidade

Embora o valor unitário de aquisição de veículos elétricos ou híbridos possa ser superior ao de modelos convencionais, a análise do custo do ciclo de vida — conforme diretriz do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 — demonstra

redução significativa de despesas relacionadas a combustível, manutenção preventiva e corretiva, além de maior durabilidade de componentes estratégicos.

A conclusão de vantajosidade baseia-se em simulação de custo global considerando horizonte estimado de 8 (oito) anos, com premissas relativas à quilometragem média anual, custo de energia elétrica, custo de combustível, manutenção periódica e valor residual do bem ao final da vida útil.

No médio e longo prazo, a aquisição mostra-se mais vantajosa do que alternativas como locação continuada, por evitar pagamentos recorrentes, garantir incorporação patrimonial e possibilitar aproveitamento do valor residual.

III - Sustentabilidade e Alinhamento Estratégico

A adoção de veículos elétricos e/ou híbridos reduz emissões de gases de efeito estufa, diminui a dependência de combustíveis fósseis e alinha a frota institucional às metas estabelecidas no Decreto nº 11.681/2025 (Política Estadual de Transição Energética).

A medida também atende ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133/2021, reforçando a função indutora da contratação pública na consolidação de práticas ambientais responsáveis e no fomento ao mercado de tecnologias limpas.

Ressalta-se que a aquisição de veículos movidos exclusivamente a combustíveis fósseis é incompatível com o objetivo desta demanda, cujo escopo está direcionado à implementação progressiva da política de transição energética no âmbito estadual.

14.4. **DESCRIÇÃO INTEGRADA DA SOLUÇÃO**

14.4.1. A solução adotada possui caráter sistêmico e é composta por três elementos interdependentes:

a) Aquisição dos Veículos Sustentáveis

A contratação contempla a aquisição de 04 (quatro) veículos elétricos e/ou híbridos, aptos ao atendimento de deslocamentos urbanos e intermunicipais de curta e média distância, compatíveis com o perfil de uso institucional da SEPLAN.

As especificações técnicas mínimas de desempenho, segurança, autonomia, consumo, garantia e conformidade normativa encontram-se detalhadas no item “Requisitos da Contratação” deste ETP, integrando formalmente a presente solução.

A escolha pela aquisição definitiva assegura a incorporação dos bens ao patrimônio público estadual, permitindo sua utilização continuada ao longo da vida útil estimada, com gestão direta pela Administração.

b) Implantação de Infraestrutura de Recarga

Como componente estruturante da solução, prevê-se a instalação de estação de carregamento compatível com os veículos adquiridos, garantindo autonomia operacional e independência parcial em relação à rede pública de recarga.

A infraestrutura será instalada em unidade administrativa da SEPLAN, observando requisitos técnicos, normas de segurança elétrica e padrões de interoperabilidade, conforme especificado no item próprio deste Estudo.

A integração entre veículo e infraestrutura assegura funcionalidade plena da solução e viabilidade prática da adoção de tecnologia elétrica.

c) Integração à Gestão da Frota

Os veículos serão incorporados ao sistema de gestão de frota utilizado pela Administração, possibilitando monitoramento de utilização, controle de manutenção preventiva, acompanhamento de indicadores de desempenho e avaliação de eficiência energética.

Tal integração permitirá maior racionalidade no uso dos recursos públicos e geração de dados para futuras decisões estratégicas relacionadas à ampliação da frota sustentável.

14.5. **ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS INSTITUCIONAIS**

14.5.1. A implementação da solução permitirá:

Garantir transporte institucional adequado para reuniões, visitas técnicas e atividades administrativas;

Reduzir gradualmente a dependência de combustíveis fósseis;

Diminuir custos operacionais ao longo do tempo;

Modernizar a frota administrativa;

Alinhar a atuação da SEPLAN às diretrizes estaduais de sustentabilidade e inovação.

14.5.2. Além de atender à necessidade funcional de mobilidade, a solução fortalece o papel institucional da Secretaria

como órgão indutor de planejamento estratégico e boas práticas administrativas no âmbito do Poder Executivo Estadual.

15. DA ANÁLISE DE RISCOS

15.1. Considerando a natureza do objeto, que envolve a aquisição de veículos elétricos e híbridos, a entrega de bens devidamente regularizados, a instalação de estações de recarga e a execução de serviço técnico de avaliação da infraestrutura elétrica existente, foi elaborado Mapa de Riscos da contratação, em observância ao Decreto Estadual nº 11.363/2023 e à Instrução Normativa CGE nº 001/2024, com a identificação dos principais riscos capazes de comprometer o sucesso da licitação, a regular entrega dos bens, a adequada execução dos serviços, a instalação dos equipamentos, a conformidade técnica do objeto e a boa execução contratual.

16. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

16.1. Nos termos do art. 80, inciso III, do Decreto Estadual nº 11.363/2023, os requisitos da contratação compreendem as condições técnicas, operacionais, legais, ambientais e de desempenho indispensáveis para que a solução atenda de forma adequada à necessidade administrativa da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN.

16.2. A definição dos requisitos observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, sustentabilidade, padronização e competitividade, previstos na Lei nº 14.133/2021.

16.3. REQUISITOS GERAIS APLICÁVEIS A TODOS OS VEÍCULOS

16.3.1. Condições Gerais de Fornecimento

16.3.1.1. Os veículos deverão:

- I - Ser novos, zero quilômetro, sem registro ou licenciamento anterior;
- II - Ser entregues com primeiro emplacamento em nome do órgão público adquirente;
- III - Possuir ano/modelo correspondente ao exercício vigente ou superior;
- IV - Ser fornecidos na cor branca, visando padronização visual e identificação institucional da frota oficial;
- V - Atender integralmente ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB), às Resoluções do CONTRAN, às normas do CONAMA, ao PROCONVE, às regulamentações do INMETRO e demais normas técnicas aplicáveis;
- VI - Conter todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação vigente.

16.3.2. Requisitos Mínimos de Segurança

16.3.2.1. Os veículos deverão possuir, no mínimo:

- I - Airbags frontais (motorista e passageiro);
- II - Sistema de freios com ABS e distribuição eletrônica de frenagem (EBD);
- III - Controle eletrônico de estabilidade (ESC ou tecnologia equivalente);
- IV - Controle de tração (TCS ou equivalente);
- V - Cintos de segurança de três pontos em todas as posições;
- VI - Apoios de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros;
- VII - Sistema de travamento elétrico das portas;
- VIII - Indicador de pressão dos pneus ou sistema equivalente;
- IX - Pneus originais em conformidade com as especificações do fabricante, com os regulamentos técnicos do INMETRO e com a legislação de trânsito vigente, nos termos do art. 105 do Código de Trânsito Brasileiro, da Resolução CONTRAN nº 912/2022 e da Resolução CONTRAN nº 913/2022.
- X - O veículo deverá ser fornecido com roda sobressalente, macaco, chave de roda e demais equipamentos obrigatórios, quando exigíveis para a marca/modelo/versão ofertada, admitida a substituição por sistema alternativo de reparo emergencial, incluindo kit composto por produto selante, compressor, dispositivo de insuflação ou solução equivalente fornecida originalmente pelo fabricante, desde que tal solução seja inerente ao projeto do veículo e esteja regularmente admitida ou reconhecida pelo órgão máximo executivo de trânsito da União ou pelas normas do CONTRAN aplicáveis.
- XI - Alarme antifurto;
- XII - Câmera de ré e sensores de estacionamento traseiros;
- XIII - Ser equipados com os itens de segurança exigidos por lei.

16.3.2.2. As exigências acima visam garantir padrão adequado de segurança ativa e passiva, compatível com o uso

institucional.

16.3.3. Requisitos de Funcionalidade

16.3.3.1. Os veículos deverão dispor de:

- I - 04 (quatro) portas laterais;
- II - Capacidade mínima para 05 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor;
- III - Transmissão automática;
- IV - Direção assistida elétrica ou equivalente;
- V - Sistema de ar-condicionado com função quente/frio e desembaçador;
- VI - Vidros elétricos nas quatro portas;
- VII - Retrovisores com ajuste elétrico e comando interno;
- VIII - Sistema multimídia com rádio AM/FM, entrada USB, conectividade Bluetooth e compatibilidade com os principais sistemas operacionais móveis disponíveis no mercado;
- IX - Computador de bordo;
- X - Volante com regulagem;
- XI - Bancos dianteiros com regulagem;
- XII - Revestimento interno em material resistente e de fácil higienização;
- XIII - Revestimento em tapeçaria confeccionado em material de alta resistência, não absorvente e lavável, recobrimdo toda a área do assoalho visando proteger o revestimento original do veículo;
- XIV - Jogo de tapetes originais;
- XV - Película de controle solar nos vidros (preta ou fumê), nas especificações permitidas pelo CONTRAN;
- XVI - Desempenho energético superior a veículos movidos exclusivamente a combustão.

16.3.3.2. Os requisitos acima objetivam garantir condições adequadas de ergonomia, conforto e operacionalidade durante o uso institucional.

16.3.4. Requisitos de Garantia

16.3.4.1. Os veículos deverão possuir:

- I - Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, observadas as condições de garantia praticadas pelo fabricante no mercado nacional, contadas a partir da entrega definitiva do veículo;
- II - Garantia específica para sistemas híbridos ou elétricos e baterias, conforme padrão praticado pelo fabricante no mercado nacional.
- III - A garantia deverá incluir serviço de assistência 24 horas (guincho/reboque) em caso de pane elétrica ou mecânica, com cobertura em todo o território do Estado do Acre, garantindo o deslocamento do veículo até a oficina autorizada mais próxima sem custos para a Administração.

16.4. **REQUISITOS ESPECÍFICOS – VEÍCULO TIPO HATCH 100% ELÉTRICO**

16.4.1. Características Técnicas

16.4.1.1. O veículo deverá:

- I - Ser do tipo Hatch;
- II - Possuir motorização 100% elétrica (Battery Electric Vehicle – BEV);
- III - Ter capacidade mínima para 05 (cinco) ocupantes;
- IV - Possuir autonomia mínima de 200 km, conforme ciclo oficial reconhecido pelo INMETRO;
- V - Dispor de sistema de regeneração de energia em frenagens;
- VI - Possuir sistema de carregamento compatível com rede elétrica monofásica e trifásica;
- VII - Utilizar conector Tipo 2 (IEC 62196) ou padrão amplamente adotado no mercado nacional;
- VIII - Permitir uso de adaptadores, quando necessário, sem ônus adicional à Administração;
- IX - Ser fornecido com cabo de recarga compatível;
- X - Possuir classificação “A” no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV/INMETRO);

XI - Dispor de rede de assistência técnica autorizada no Estado do Acre, assegurando atendimento em prazo compatível com a garantia.

16.5. REQUISITOS ESPECÍFICOS – VEÍCULO TIPO SEDAN HÍBRIDO

16.5.1. Características Técnicas

16.5.1.1. O veículo deverá:

- I - Ser do tipo Sedan;
- II - Possuir sistema híbrido (pleno (Full Hybrid – HEV), com operação automática entre motor elétrico e motor a combustão, permitindo tração exclusivamente elétrica em baixas velocidades;
- III - Ser equipado com motorização bicomcombustível (gasolina/etanol);
- IV - Ter capacidade mínima para 05 (cinco) ocupantes;
- V - Possuir airbags laterais adicionais;
- VI - Possuir porta-malas com capacidade mínima de 450 litros;
- VII - Utilizar motorização híbrida e elétrica, com potência mínima combinada de 160 cv, a partir da motorização de 1.8 a combustão;
- VIII - Possuir transmissão automática;
- IX - Ter assistente de partida em rampa;
- X - Possuir chave presencial (keyless) e partida por botão;
- XI - Possuir classificação “A” no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV/INMETRO);
- XII - Dispor de rede de assistência técnica autorizada no Estado do Acre, assegurando atendimento em prazo compatível com a garantia;
- XIII - Possuir sistema de logística reversa para as baterias de tração, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), devendo a contratada assegurar o descarte ambientalmente adequado ao final da vida útil do componente.

16.6. REQUISITOS ESPECÍFICOS – ESTAÇÃO DE CARREGAMENTO

16.6.1. Wall box 7,4 KW

16.6.1.1. A estação deverá:

- I - Ter potência nominal de 7,4 kW com 01 conector, alimentação monofásica 220 a 240 Vca (2P+PE), corrente nominal de 32 A, frequência 50/60 Hz, padrão de recarga Modo 3, compatível com veículos elétricos conforme IEC 61851-1, conector Tipo 2 ou tomada Tipo 2, Tamanho do cabo 5m, instalação em parede ou em totem, uso interno/externo, Temperatura de operação-25°C~55°C, grau de proteção mínimo IP65 /IK08 proteção de impactos, com proteções elétricas integradas para sobrecorrente, subtensão, sobretensão e detecção de fuga, além de possibilidade de conectividade via Wi-Fi/ Ethernet, 4G com protocolo de comunicação OCPP 1.6 (2.0 opcional) e controle de acesso por cartão RFID ISO 14443A, MIFARE DESFire Ev1 ou aplicativo de gerenciamento de recarga, conforme modelo. Certificações IEC61851-1:2019, IEC61851-1:2017, IEC61851-21-2:2021
- II - Ter a instalação executada por profissional legalmente habilitado, com emissão de ART ou RRT;
- III - Atentar para a observância das exigências do Corpo de Bombeiros para instalações elétricas em edificações públicas.
- IV - Ser adequado para uso coletivo em ambiente institucional, com funcionamento seguro em faixa de temperatura compatível com as condições ambientais locais.

16.6.2. Wall Box 30 KW

- I - Ter potência nominal de 30 kW com 01 conector, alimentação trifásica 380-400 Vca (3P+N+PE), corrente nominal de 46 A por fase, frequência 50/60 Hz, padrão de recarga Modo 4, compatível com veículos elétricos conforme IEC 61851-2, conector Tipo CCS2 , Tamanho do cabo 5m, instalação em parede ou em totem, uso interno/externo, Temperatura de operação- 20°C~50°C, grau de proteção mínimo IP65 /IK10 proteção de impactos, com proteções elétricas integradas para sobrecorrente, subtensão, sobretensão e detecção de fuga, além de possibilidade de conectividade via Wi-Fi/ Ethernet, 4G com protocolo de comunicação OCPP 1.6 (2.0 opcional) e controle de acesso por cartão RFID ISO 14443A, MIFARE DESFire Ev1 ou aplicativo de gerenciamento de recarga, conforme modelo. Certificações IEC61851-1:2019, IEC61851-1:2017, IEC61851-21-2:2021
- II - Ter a instalação executada por profissional legalmente habilitado, com emissão de ART ou RRT;

III - Atentar para a observância das exigências do Corpo de Bombeiros para instalações elétricas em edificações públicas.

IV - Ser adequado para uso coletivo em ambiente institucional, com funcionamento seguro em faixa de temperatura compatível com as condições ambientais locais.

16.7. **REQUISITOS TÉCNICOS - SERVIÇO DE AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DA INFRAESTRUTURA**

16.8. O serviço de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente deverá ser executado por empresa ou profissional legalmente habilitado na área de engenharia elétrica, com registro regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia — CREA, devendo ser emitida Anotação de Responsabilidade Técnica — ART específica para o estudo de viabilidade, análise de demanda elétrica e avaliação da infraestrutura necessária à futura implantação de estações de recarga para veículos elétricos.

16.9. **A contratada deverá realizar vistoria técnica presencial na unidade indicada pela Administração, com levantamento das condições atuais da instalação elétrica, compreendendo, no mínimo:**

16.9.1. Entrada de energia;

16.9.2. Padrão de medição;

16.9.3. QGBT;

16.9.4. Quadros de distribuição;

16.9.5. Alimentadores, condutores;

16.9.6. Disjuntores;

16.9.7. Dispositivos de proteção;

16.9.8. Sistema de aterramento;

16.9.9. Barramentos;

16.9.10. Transformadores, quando existentes e

16.9.11. Demais elementos que possam interferir na implantação segura de estações de recarga AC ou DC.

16.10. **A avaliação deverá considerar:**

16.10.1. A classificação da unidade consumidora;

16.10.2. A demanda contratada, quando aplicável;

16.10.3. A carga instalada;

16.10.4. O perfil real de consumo da edificação;

16.10.5. Os picos de demanda ao longo do dia;

16.10.6. A margem disponível para acréscimo de novas cargas e a possibilidade de atendimento às estações de recarga pretendidas, sem prejuízo à segurança, à continuidade do fornecimento, à qualidade da energia elétrica e à conformidade normativa.

16.11. A contratada deverá utilizar analisador de energia trifásico ou equipamento equivalente, devidamente calibrado e adequado à finalidade do estudo, instalado em ponto tecnicamente apropriado da instalação elétrica, preferencialmente na entrada principal de energia ou no QGBT, de modo a permitir a medição representativa do comportamento elétrico da edificação.

16.12. O equipamento de medição deverá permanecer instalado pelo período mínimo de 30 dias corridos, salvo justificativa técnica aceita pela fiscalização, registrando as grandezas elétricas necessárias à avaliação da demanda e da capacidade da infraestrutura existente. O período de monitoramento deverá permitir a coleta de dados reais de funcionamento da unidade, considerando a rotina ordinária de utilização da edificação.

16.13. **Durante o monitoramento, deverão ser coletados e analisados, no mínimo, os seguintes parâmetros:**

16.13.1. Tensão elétrica;

16.13.2. Corrente elétrica;

16.13.3. Potência ativa;

16.13.4. Potência reativa;

16.13.5. Potência aparente;

16.13.6. Demanda máxima medida;

16.13.7. Fator de potência

- 16.13.8. Curva de carga diária;
- 16.13.9. Fator de carga;
- 16.13.10. Comportamento da demanda;
- 16.13.11. Picos de consumo;
- 16.13.12. Balanceamento das fases R S T no barramento.
- 16.14. A contratada deverá realizar análise termográfica do QGBT principal e, quando tecnicamente aplicável, dos quadros, conexões, barramentos, alimentadores e demais pontos críticos identificados durante a vistoria, com o objetivo de verificar aquecimentos anormais, sobrecarga, mau contato, desequilíbrio de fases, falhas de conexão, deficiência de proteção ou outras condições que possam comprometer a segurança da futura instalação.
- 16.15. O estudo deverá avaliar expressamente a viabilidade técnica de implantação das estações de recarga previstas no Termo de Referência, inclusive quanto à possibilidade de atendimento de carregadores AC e DC, necessidade de reforço de rede, aumento de demanda contratada, adequação de transformadores, redimensionamento de condutores, substituição ou instalação de dispositivos de proteção, adequação do aterramento, adequação do QGBT e eventuais intervenções exigidas pela concessionária de energia ou pelo Corpo de Bombeiros.
- 16.16. **A análise técnica deverá observar, no que coube:**
 - 16.16.1. ABNT NBR 5410;
 - 16.16.2. ABNT NBR 17019;
 - 16.16.3. Normas IEC aplicáveis aos sistemas de recarga de veículos elétricos;
 - 16.16.4. Padrões técnicos da concessionária local de energia elétrica, especialmente normas da Energisa aplicáveis à unidade consumidora;
 - 16.16.5. Diretrizes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre e demais normas técnicas e de segurança pertinentes.
- 16.17. **O relatório técnico conclusivo deverá conter, no mínimo:**
 - 16.17.1. A identificação da unidade avaliada;
 - 16.17.2. Identificação do responsável técnico;
 - 16.17.3. Metodologia utilizada;
 - 16.17.4. Descrição dos equipamentos de medição empregados;
 - 16.17.5. Período de monitoramento;
 - 16.17.6. Registros das medições realizadas;
 - 16.17.7. Gráficos ou tabelas de demanda e consumo;
 - 16.17.8. Análise da curva de carga;
 - 16.17.9. Análise de balanceamento das fases;
 - 16.17.10. Análise da qualidade da energia;
 - 16.17.11. Análise termográfica;
 - 16.17.12. Diagnóstico da situação elétrica atual;
 - 16.17.13. Indicação da capacidade disponível para novas cargas;
 - 16.17.14. Conclusão expressa sobre a viabilidade ou inviabilidade da instalação de estações de recarga AC ou DC;
 - 16.17.15. Indicação da quantidade e potência recomendada de estações suportadas pela infraestrutura existente;
 - 16.17.16. Descrição das adequações necessárias, caso existam; e
 - 16.17.17. recomendações técnicas para implantação segura e escalável da infraestrutura de recarga.
- 16.18. O relatório deverá ser conclusivo, objetivo e suficiente para subsidiar a decisão administrativa quanto à implantação das estações de recarga, devendo indicar de forma clara se a infraestrutura atual suporta a instalação pretendida ou se dependerá de adequações prévias. Não serão aceitos relatórios genéricos, meramente descritivos ou sem conclusão técnica expressa quanto à capacidade da infraestrutura elétrica existente.
- 16.19. A contratada deverá fornecer todos os equipamentos, instrumentos, softwares, mão de obra técnica, deslocamentos, instalação e retirada do analisador de energia, registros fotográficos, registros termográficos, tratamento e tabulação dos dados, relatório técnico conclusivo e ART, sem custos adicionais para a Administração.
- 16.20. O recebimento do serviço ficará condicionado à entrega do relatório técnico conclusivo, da ART, dos registros

de medição, dos registros ou imagens termográficas e da manifestação da fiscalização técnica atestando que o serviço foi executado em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

16.21. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

- I - Priorizar tecnologias de menor impacto ambiental;
- II - Os veículos devem gerar zero emissões diretas (no caso elétrico) ou reduzir significativamente as emissões de gases de efeito estufa (no caso híbrido);
- III - Observar critérios de sustentabilidade socioambiental previstos na legislação de regência;
- IV - Deve ser avaliado o *custo do ciclo de vida* (combustível/elétrico, manutenção, descarte de baterias);
- V - Sempre que possível, considerar aspectos como componentes recicláveis, eficiência energética e consumo reduzido de recursos naturais.
- VI - Considerando a presença de componentes com potencial impacto ambiental, especialmente baterias de veículos elétricos e híbridos, a contratada deverá assegurar a logística reversa e a destinação ambientalmente adequada dos componentes substituídos durante o período de garantia, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010;
- VII - Para fins de atendimento ao disposto acima, a contratada deverá:
 - a) disponibilizar rede autorizada ou pontos de coleta para recolhimento de baterias e componentes substituídos;
 - b) comprovar, quando solicitado pela fiscalização do contrato, a destinação ambientalmente adequada dos materiais recolhidos;
 - c) apresentar, quando aplicável, certificados de logística reversa ou documentos equivalentes emitidos por entidades gestoras ou empresas especializadas.

16.22. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO E ENTREGA

16.22.1. Do Fornecimento e Regularização dos Veículos

- I - A solução contratada deve incluir a entrega dos veículos diretamente na sede da SEPLAN ou local designado, em horário comercial, com instalação e configuração da estação de carregamento necessária;
- II - O fornecimento compreende o veículo "chave na mão", devendo ser entregue já registrado no DETRAN-AC, emplacado na categoria **Oficial** (placa MERCOSUL), com o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV-e) em nome da SEPLAN/AC, incluindo o pagamento de todas as taxas, vistorias e encargos de primeiro licenciamento e emplacamento, sem ônus adicional ao órgão;
- III - Estão inclusos no preço o pagamento de todas as taxas, vistorias, seguro obrigatório e encargos de primeiro licenciamento e emplacamento, sem ônus adicional ao órgão;
- IV - Deverão estar inclusas no fornecimento, sem custos adicionais, as 03 (três) primeiras revisões preventivas obrigatórias (peças, fluidos e mão de obra), conforme a periodicidade e os itens previstos no manual do fabricante, a serem executadas em rede de assistência técnica autorizada no Estado do Acre;
- V - Os veículos deverão ser entregues com manuais de operação (em português), catálogos de peças, termos de garantia e guia rápido de utilização;
- VI - A contratação deverá atender aos normativos, legais, infralegais ou técnicos que regem o objeto pretendido, sem prejuízo de outros.

16.22.2. Da Instalação da Estação de Recarga

- I - A estação tipo wall box deve ser entregue, instalada, testada e operando, conforme normas elétricas nacionais, **em local indicado pela SEPLAN/AC, em perfeitas condições de funcionamento, com todos os acessórios necessários à sua utilização;**
- II - A Contratada será responsável pelo fornecimento do Projeto Elétrico Executivo, assinado por engenheiro eletricista com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), contemplando o dimensionamento, a instalação física e a homologação técnica da estação de recarga junto à concessionária de energia local (Energisa), garantindo a conformidade com as normas da ABNT e os padrões de segurança da rede elétrica do edifício;
- III - O fornecimento inclui todos os materiais (cabos, disjuntores, proteções, suportes) e mão de obra necessários para a ligação do dispositivo à rede elétrica, garantindo resistência padrão para ambientes internos ou externos (IP65 ou superior), conforme normas ABNT, Energisa e INMETRO;

- IV - O prazo de entrega e implantação será de até 60 dias;
- V - Caberá à SEPLAN/AC disponibilizar ponto de energia elétrica em baixa tensão próximo ao local de instalação da estação de recarga, com capacidade de carga preliminar compatível com o equipamento solicitado;
- VI - Caberá a Contratante garantir o livre acesso dos técnicos da Contratada aos locais de instalação, observadas as normas de segurança e identificação da instituição;
- VII - Caberá a Contratante fornecer as informações necessárias sobre a planta elétrica do edifício para subsidiar o projeto de instalação e a homologação junto à concessionária de energia;
- VIII - Caberá a Contratante designar servidor ou comissão para acompanhar a execução dos serviços, realizar as vistorias de recebimento e validar o Projeto Elétrico Executivo apresentado pela Contratada;
- IX - Eventuais adequações de infraestrutura elétrica serão previamente avaliadas e alinhadas com a Administração.

16.23. Da Entrega Técnica e Capacitação

- I - A Contratada, responsável pelo fornecimento do veículo, realizará uma "Entrega Técnica" detalhada, com carga horária mínima de 01 (uma) hora, destinada aos motoristas e gestores de frota, abordando: especificidades da condução de veículos eletrificados, sistema de frenagem regenerativa, procedimentos seguros de recarga, interpretação dos alertas do painel e protocolos de segurança/emergência.

16.24. Do Recebimento e Garantia de Qualidade

- I - O recebimento definitivo fica condicionado à realização de testes funcionais (carga elétrica e rodagem) e à verificação da compatibilidade total entre os veículos e a estação de recarga;
- II - Eventuais irregularidades, avarias ou desconformidades identificadas no ato da entrega deverão ser sanadas pela Contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, mediante substituição do bem ou correção do serviço, sem custos adicionais;
- III - A contratação deverá atender rigorosamente aos normativos legais e técnicos vigentes, incluindo as Resoluções do CONTRAN, CONAMA (PROCONVE) e normas da ABNT aplicáveis.

17. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

17.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 11.363/2023, incumbe à Administração Pública avaliar a viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto, promovendo-o sempre que possível, desde que tal medida contribua para a ampliação da competitividade, para a obtenção da proposta mais vantajosa e não acarrete prejuízo à eficiência da execução contratual.

17.2. O parcelamento constitui regra geral nas contratações públicas, devendo ser afastado apenas quando demonstrada inviabilidade técnica, perda de economia de escala ou risco à adequada execução do objeto.

17.3. ANÁLISE DO OBJETO

17.3.1. O objeto da contratação consiste nos seguintes itens:

- I - Veículos elétricos modelo hatch;
- II - Veículos híbridos, modelo sedan;
- III - Estação de carregamento recarga lenta, com instalação;
- IV - Estação de carregamento recarga rápida, com instalação;
- V - Serviço de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente.

17.3.2. Embora os veículos pertençam a categorias distintas (hatch e sedan), ambos possuem finalidade institucional comum: garantir mobilidade sustentável aos servidores da SEPLAN, substituindo gradualmente veículos movidos exclusivamente a combustíveis fósseis.

17.3.3. As categorias apresentam diferenças de porte, capacidade de bagagem e aplicação operacional, justificando tratamento autônomo sob o ponto de vista competitivo. Contudo, compartilham requisitos técnicos equivalentes quanto à motorização elétrica ou híbrida, eficiência energética, segurança veicular e conformidade ambiental.

17.3.4. A estação de carregamento, por sua vez, constitui item funcionalmente complementar, porém tecnicamente independente, passível de fornecimento por empresa especializada no segmento de infraestrutura elétrica. Em relação ao Serviço de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente, será realizado previamente à aquisição dos veículos e as estações de recarga.

17.4. AVALIAÇÃO DAS MODALIDADES DE PARCELAMENTO

17.4.1. Foram analisadas as seguintes possibilidades:

a) Licitações distintas

A realização de processos licitatórios autônomos para cada categoria de veículo e para a estação de carregamento não se mostra recomendável, pois implicaria:

Duplicação ou multiplicação de atos administrativos;

Aumento de custos operacionais do processo de contratação;

Maior tempo de tramitação;

Potencial perda de economia procedimental.

Tal fragmentação não agregaria ganho competitivo relevante que justificasse a multiplicidade de certames.

b) Adjudicação por itens (parcelamento interno)

Mostra-se juridicamente adequada e tecnicamente recomendável a divisão do objeto em itens distintos dentro do mesmo procedimento licitatório, pois:

Amplia a competitividade, permitindo a participação de fornecedores especializados em cada segmento (hatch, sedan ou infraestrutura de recarga);

Evita restrição indevida do universo de competidores;

Possibilita maior eficiência na formação de preços;

Mantém a unidade procedimental e a racionalidade administrativa.

Tal solução está em consonância com o princípio da competitividade e com a diretriz do parcelamento como instrumento de ampliação de mercado.

c) Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação, por se tratar de aquisição de bens padronizados, usualmente fornecidos de forma integral por fabricantes ou concessionárias autorizadas, não havendo complexidade técnica que demande execução fracionada do objeto.

Poderá ser admitida a subcontratação apenas de atividades acessórias, tais como transporte, instalação da estação de carregamento ou serviços técnicos especializados, desde que previamente autorizada pela Administração e que não implique transferência da responsabilidade contratual, a qual permanecerá integralmente com a contratada.

d) Formação de consórcios

Não se verifica necessidade de admissão obrigatória de consórcios, haja vista que o mercado dispõe de fornecedores com capacidade técnica e operacional para fornecimento individual de cada item.

17.5. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO PARCELAMENTO POR ITENS

17.5.1. Diante da análise técnica e jurídica realizada, conclui-se que a solução mais adequada consiste no parcelamento do objeto em 03 (três) itens distintos, a saber:

Item 1: Veículos elétricos, modelo hatch;

Item 2: Veículos híbridos, modelo sedan;

Item 3 e 4: Estação de carregamento para veículos elétricos, com instalação;

Item 5: Serviço de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente.

17.5.2. Tal modelagem apresenta as seguintes vantagens:

I – Adequação Técnica

As categorias de veículos possuem especificações e posicionamento de mercado distintos, justificando a segregação em itens próprios, sem prejuízo da coerência da solução global.

II – Ampliação da Competitividade

A divisão por itens permite maior participação de fornecedores especializados em cada segmento, evitando concentração indevida e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa.

III – Preservação da Efetividade da Solução

A contratação conjunta no mesmo certame assegura a implementação coordenada da frota sustentável, evitando lacunas operacionais.

IV – Padronização Interna

Embora parcelado por itens, deverá ser assegurada padronização dentro de cada categoria, de modo que os 02 veículos hatch sejam idênticos entre si, bem como os 02 veículos sedan, garantindo racionalidade na manutenção, gestão de peças, operação e controle de frota.

17.6. À luz do art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 80, inciso VIII, do Decreto Estadual nº 11.363/2023, conclui-se que:

O parcelamento do objeto é tecnicamente viável e juridicamente recomendável;

A divisão em itens distintos amplia a competitividade e favorece a economicidade;

A modelagem proposta não compromete a integridade funcional da solução;

A realização de único procedimento licitatório com adjudicação por itens representa a forma mais eficiente de atendimento ao interesse público.

17.7. Diante da análise realizada, conclui-se que o parcelamento do objeto em itens distintos dentro de um único procedimento licitatório é a alternativa mais adequada, pois:

preserva a unidade administrativa do certame;

amplia a competitividade entre fornecedores;

possibilita a participação de empresas especializadas em cada tipo de fornecimento;

não compromete a execução contratual, uma vez que os itens são independentes entre si.

17.8. Assim, o objeto será licitado com adjudicação por item, permitindo que cada item seja contratado com fornecedor distinto, caso esta seja a proposta mais vantajosa para a Administração.

17.9. medida está em conformidade com os princípios da competitividade, economicidade e eficiência, previstos na legislação de regência das contratações públicas.

18. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

18.1. A presente contratação possui natureza de aquisição de bens comuns de natureza permanente, destinados à incorporação ao patrimônio público estadual, consistindo no fornecimento de veículos com tecnologia elétrica e/ou híbrida, bem como estação de carregamento destinada ao suporte operacional da frota sustentável da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN.

18.2. Os bens a serem adquiridos possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, amplamente disponíveis no mercado e passíveis de especificação por meio de características usuais, razão pela qual a contratação se enquadra no conceito de bens comuns, conforme disposto no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

18.3. Trata-se, portanto, de aquisição de material permanente, cuja finalidade é a renovação e modernização da frota institucional utilizada nas atividades administrativas e técnicas da SEPLAN, contribuindo para maior eficiência operacional, redução de custos de manutenção e alinhamento às diretrizes estaduais de sustentabilidade e transição energética.

18.4. A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por item, assegurando ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

18.5. Adicionalmente, a contratação poderá ser formalizada por meio de Sistema de Registro de Preços, conforme previsto na legislação vigente, possibilitando maior flexibilidade administrativa para atendimento da demanda institucional ao longo da vigência da ata, observadas as disponibilidades orçamentárias e as necessidades efetivas da Administração.

19. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

19.1. DO CONTRATO

19.1.1. Após a homologação do resultado da licitação, a licitante vencedora poderá ser convocada pela Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, para assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, devendo fazê-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação.

19.1.1.1. O prazo previsto no item acima poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que a licitante o requeira durante seu transcurso, mediante justificativa expressa, e que o motivo seja aceito pela Administração.

19.1.2. O não comparecimento ou a recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato no prazo estabelecido implicará a decadência do direito à contratação, podendo ensejar a perda da garantia de proposta, se houver, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e deste Termo de Referência.

19.1.3. Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado deverá efetuar o cadastro de credor na Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Acre - SEFAZ, para fins de

empenho/pagamento, o qual poderá ser realizado através do link: <https://sefaz.ac.gov.br/2021/?p=434>.

19.1.3.1. O prazo de atendimento é de 3 (três) dias úteis, a contar do efetivo recebimento da solicitação pela SEFAZ.

19.1.3.2. Para credores de outros estados, os formulários e as cópias das documentações exigidas podem ser enviados para o endereço de e-mail: cadastrodecredoresac@gmail.com.

19.1.3.3. Os telefones de contato com o setor de cadastro da SEFAZ são: (68) 3215-2113 | 3215-2253 | 3215-2295 | 3215- 2112. 14.3.

19.1.3.4. Em caso de mudança, alteração de conta, instituição financeira o contratado deverá atualizar seu cadastro de credor na Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Acre – SEFAZ.

19.2. **DA VIGÊNCIA**

19.2.1. O contrato a ser firmado terá vigência adstrita aos créditos orçamentários.

19.2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 111 da lei 14.133/2021.

19.3. **DA EFICÁCIA**

19.3.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

19.3.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura.

19.3.2.1. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

19.4. **DA ENTREGA**

19.4.1. A entrega dos bens deverá ocorrer em estrita observância às especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo que os veículos e a estação de recarga sejam fornecidos em perfeitas condições de uso e funcionamento.

19.4.2. O prazo máximo para entrega dos veículos e implantação da estação de recarga será de até 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de fornecimento, salvo prazo diverso devidamente justificado e aceito pela Administração.

19.4.3. Caso ocorra impossibilidade comprovada de cumprimento do prazo por motivo de força maior ou caso fortuito, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, apresentando justificativa técnica e documentação comprobatória, para análise da eventual prorrogação do prazo.

19.4.4. Os veículos e a estação de recarga deverão ser entregues na sede da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN situada no município de Rio Branco – AC, ou em outro local previamente indicado pela Administração.

19.4.5. A entrega deverá ocorrer em horário comercial, previamente agendada com a unidade responsável pela gestão da frota ou pelo setor designado pela SEPLAN.

19.4.6. Das Condições de Entrega dos Veículos:

19.4.6.1. Os veículos deverão ser entregues:

novos, zero quilômetro, sem uso anterior;

devidamente registrados e licenciados junto ao DETRAN/AC, com primeiro emplacamento em nome da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN;

acompanhados do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV-e);

com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente;

com tanque de combustível abastecido (quando aplicável) e bateria totalmente carregada;

com todos os acessórios, ferramentas, chave reserva e demais itens fornecidos pelo fabricante;

acompanhados dos manuais do proprietário, termos de garantia e documentação técnica, em língua portuguesa.

19.4.7. Das Condições de Entrega da Estação de Recarga

19.4.7.1. A estação de recarga deverá ser entregue:

instalada no local indicado pela Administração;

devidamente conectada à rede elétrica da unidade administrativa;

testada e em pleno funcionamento, com todos os acessórios necessários à sua utilização;

acompanhada de manual técnico, certificado de garantia e documentação de conformidade técnica;

com todos os dispositivos de proteção elétrica e segurança exigidos pelas normas da ABNT, INMETRO e concessionária de energia local;

O transporte, descarga, instalação e eventual adequação elétrica necessária à operação da estação são de responsabilidade exclusiva da contratada.

19.4.7.2. A instalação deverá contemplar todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários ao pleno funcionamento da estação de carregamento.

19.5. **DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DA INFRAESTRUTURA**

19.6. O prazo total para execução do serviço será de até 45 dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada.

19.7. A execução compreenderá as seguintes etapas:

19.7.1. **Vistoria inicial e instalação do equipamento**

19.7.1.1. A contratada deverá realizar vistoria técnica no local indicado pela Administração e instalar o analisador de energia em ponto tecnicamente adequado, no prazo de até **7 dias úteis** após o recebimento da Ordem de Serviço.

19.7.2. **Monitoramento elétrico**

19.7.2.1. O analisador de energia deverá permanecer instalado pelo período mínimo de **30 dias corridos**, para coleta dos dados reais de funcionamento da unidade consumidora, incluindo demanda, tensão, corrente, potência, fator de potência, curva de carga e balanceamento das fases.

19.7.3. **Retirada do equipamento e elaboração do relatório**

19.7.3.1. Após o período de monitoramento, a contratada deverá retirar o equipamento, tratar os dados coletados e elaborar o relatório técnico conclusivo.

19.7.4. **Entrega do relatório técnico**

19.7.4.1. O relatório técnico conclusivo deverá ser entregue em até **10 dias corridos** após o término do monitoramento, acompanhado da respectiva **ART**, registros das medições e, quando aplicável, registros da análise termográfica.

19.7.5. **Correções ou complementações**

19.7.5.1. Caso a fiscalização identifique falhas, omissões ou necessidade de complementação, a contratada deverá realizar os ajustes no prazo de até **5 dias úteis**, sem ônus adicional para a Administração.

19.7.6. **Recebimento definitivo**

19.7.6.1. O serviço somente será recebido definitivamente após a aprovação do relatório técnico pela fiscalização, com confirmação de que foram atendidos todos os requisitos previstos no Termo de Referência.

19.8. **DA VISTORIA TÉCNICA (OPCIONAL)**

19.8.1. As licitantes poderão, para subsídio à elaboração de sua proposta, realizar vistoria técnica nas dependências da SEPLAN/AC para avaliação da infraestrutura elétrica onde será instalado a Estação de Recarga .

19.8.2. A licitante que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições do local e da rede elétrica, não podendo alegar, em fase posterior, qualquer dificuldade técnica ou insuficiência de materiais para a execução completa da instalação e homologação junto à Energisa .

19.9. **DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

19.9.1. Situações de caso fortuito ou força maior poderão justificar prorrogação do prazo, mediante aceite da Administração.

19.9.2. O recebimento provisório será realizado de forma sumária no momento da entrega, mediante o atesto do servidor fiscal designado, e terá como finalidade permitir a posterior verificação funcional e documental dos bens.

19.9.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

19.9.4. **DO RECEBIMENTO DEFINITIVO**

19.9.5. O recebimento definitivo deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento provisório, após a realização dos testes funcionais previstos (carga elétrica, rodagem e demais ensaios técnicos), e mediante emissão de termo de recebimento definitivo. Caso seja necessária diligência complementar, o prazo poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa formal.

19.9.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

19.9.7. O descumprimento injustificado das condições de entrega poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na legislação vigente e no contrato.

19.10. DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

19.10.1. A garantia deverá abranger todo o território do Estado do Acre, garantindo atendimento local ou deslocamento para oficinas autorizadas sem ônus para a Administração.

19.10.2. O atendimento técnico e a logística necessária (transporte, deslocamento, alimentação, hospedagem) durante o período de garantia serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

19.10.3. O fornecedor deverá disponibilizar, junto com a entrega, a rede de assistência técnica credenciada, com endereços e contatos no Acre.

19.10.4. A contratada será responsável por corrigir ou substituir, sem ônus, qualquer veículo, peça, componente ou estação que apresente defeito de fabricação, divergência de especificações ou falhas de funcionamento.

19.10.5. Dos Veículos:

19.10.5.1. Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, observadas as condições de garantia praticadas pelo fabricante no mercado nacional, contra defeitos de fabricação, mecânicos, elétricos, eletrônicos, de montagem e funcionamento, contadas a partir da entrega definitiva do veículo.

19.10.5.2. Deverão ser ofertadas 3 (três) manutenções preventivas obrigatórias, incluindo peças e serviços, conforme periodicidade indicada no Manual de Operações do fabricante.

19.10.5.3. A contratada deverá comprovar a existência de concessionárias e/ou oficinas autorizadas localizadas no Estado do Acre, aptas a realizar manutenções preventivas e corretivas.

19.10.5.4. Atendimento técnico deverá ser prestado em horário comercial (08h às 12h e 13h às 17h), em até 24 (vinte e quatro) horas após a abertura do chamado, prorrogável uma vez por igual período mediante justificativa aceita pela Administração.

19.10.5.5. O prazo máximo para reparo é de 10 (dez) dias úteis, contados da abertura do chamado. Caso excedido, deverá ser fornecido veículo substituto de especificação igual ou superior até a devolução do veículo reparado.

19.10.5.6. Se o conserto não for concluído em até 30 (trinta) dias úteis, o veículo deverá ser substituído definitivamente por outro novo, com especificação igual ou superior.

19.10.5.7. Todas as peças substituídas deverão ser novas, originais e de primeiro uso, reiniciando-se a contagem da garantia para a peça trocada.

19.10.5.8. Após o término da garantia contratual de 36 (trinta e seis) meses, a contratada deverá manter, por pelo menos 60 (sessenta) meses, oficina de manutenção e assistência técnica disponível no Estado do Acre, assegurando o fornecimento de peças e serviços.

19.10.5.9. A bateria de tração dos veículos elétricos e híbridos deverá possuir garantia mínima de 8 (oito) anos ou 160.000 (cento e sessenta mil) km, prevalecendo o que ocorrer primeiro, contra defeitos de fabricação ou perda excessiva de capacidade. A garantia deverá ser comprovada por documentação oficial do fabricante.

19.10.5.10. Durante o período de garantia, caso a capacidade da bateria apresente degradação inferior ao limite mínimo especificado pelo fabricante, a contratada deverá realizar sua substituição ou reparo sem ônus para a Administração.

19.10.5.11. A garantia da bateria deverá ser comprovada por meio de documentação oficial do fabricante.

19.10.6. Da estação de carregamento:

19.10.6.1. Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses, abrangendo peças, mão de obra e serviços de assistência técnica.

19.10.6.2. A manutenção deverá ocorrer preferencialmente no local de instalação; excepcionalmente poderá ser deslocada, mediante autorização da Administração.

19.10.6.3. A estação deverá atender às normas técnicas brasileiras (ABNT NBR IEC 61851 e NBR IEC 62196-2) e possuir certificações de conformidade do INMETRO.

19.10.6.4. Em caso de falha, o reparo deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis após abertura do chamado; ultrapassado este prazo, deverá ser disponibilizada unidade substituta até a normalização.

19.10.7. A garantia deverá abranger todo o território do Estado do Acre, garantindo atendimento local ou deslocamento para oficinas autorizadas sem ônus para a Administração.

19.10.8. O atendimento técnico e a logística necessária (transporte, deslocamento, alimentação, hospedagem) durante o período de garantia serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

19.10.9. O fornecedor deverá disponibilizar, junto com a entrega, a rede de assistência técnica credenciada, com

endereços e contatos no Acre.

19.10.10. Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar suporte técnico, substituição de componentes defeituosos e manutenção corretiva quando necessária.

19.10.11. Os equipamentos deverão ser entregues com manual de operação e instalação em língua portuguesa.

20. PRAZO DE VALIDADE E CONDIÇÕES DA PROPOSTA

20.1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

20.1.1. As propostas apresentadas deverão ter validade mínima de 60 (sessenta) dias úteis, contados da data de abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico, podendo ser prorrogadas por igual período, mediante solicitação da administração e concordância expressa da proponente.

20.2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

20.2.1. A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento do objeto, incluindo tributos, frete, seguro, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes, de forma que não haja ônus adicional para a Administração.

20.2.2. A proposta deverá estar em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, sendo vedada a apresentação de produtos com características inferiores às exigidas.

20.2.3. Deverão ser informados obrigatoriamente marca e modelo do veículo ofertado, ano de fabricação e ano/modelo, versão ou configuração do veículo, características técnicas da estação de recarga ofertada, prazo de entrega e prazo de garantia;

20.2.4. Poderão ser solicitados pela Administração, para fins de análise da proposta, catálogos, fichas técnicas, manuais ou outros documentos que comprovem o atendimento às especificações exigidas neste Termo de Referência.

20.2.5. A empresa deverá garantir que o modelo ofertado na proposta seja o mesmo a ser entregue, não sendo admitida substituição por modelo diverso sem prévia autorização da Administração e desde que mantidas ou superadas as especificações técnicas exigidas.

20.2.6. Os veículos ofertados deverão ser modelos comercializados regularmente no mercado brasileiro, com rede de assistência técnica autorizada e disponibilidade de peças de reposição.

20.3. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

20.3.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- I - apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os valores estimados pela Administração;
- II - não atenderem às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência;
- III - apresentarem omissões ou inconsistências que comprometam a compreensão do objeto ofertado;
- IV - não indicarem claramente marca, modelo, versão ou demais características necessárias à identificação do bem ofertado.

20.3.2. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

21. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

21.1.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **menor preço por item**, observada a conformidade da proposta com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, bem como o atendimento aos requisitos mínimos de desempenho, qualidade e garantia.

21.1.2. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às especificações técnicas exigidas, ainda que apresentem menor preço.

21.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

21.2.1. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

21.2.1.1. Previamente à celebração do contrato, esta administração pública verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como: SICAF; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

21.2.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por

força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

21.2.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

21.2.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

21.2.1.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

21.2.1.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

21.2.1.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

21.2.1.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

21.2.1.9. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

21.2.1.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

21.2.1.11. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

21.2.2. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

21.2.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; e/ou

21.2.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

21.2.2.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

21.2.3. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

21.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

21.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

21.2.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

21.2.3.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

21.2.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

21.2.3.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

21.2.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

21.2.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

21.2.4. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

21.2.4.1. Para os itens 1 e 2, relativos ao fornecimento de veículos automotores elétricos e híbridos, o licitante deverá comprovar que é concessionária autorizada, distribuidor autorizado, representante comercial autorizado ou empresa regularmente habilitada à comercialização da marca ofertada, mediante apresentação de declaração do fabricante, contrato de concessão, autorização comercial, termo de distribuição ou documento equivalente.

21.2.4.2. Para os itens 3 e 4, relativos às estações de recarga, o licitante deverá comprovar a compatibilidade técnica do equipamento ofertado mediante apresentação de catálogo, ficha técnica, manual, certificado, declaração do fabricante, declaração do distribuidor autorizado ou documento equivalente que demonstre o atendimento às especificações mínimas exigidas neste Termo de Referência.

21.2.4.3. Para o item 5, relativo ao serviço de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente, o licitante deverá comprovar aptidão técnica compatível com o objeto, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica relativo à execução de serviços de avaliação, diagnóstico, inspeção, medição, análise ou elaboração de relatório técnico de instalações elétricas, acompanhado, quando cabível, da indicação de profissional legalmente habilitado e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica — ART.

21.2.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

21.2.5.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

21.2.5.2. $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$

21.2.5.3. $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$ e

21.2.5.4. $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$

21.2.5.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigida, para fins de habilitação econômico-financeira, a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado do item ou da soma dos itens para os quais apresentar proposta, observado o limite legal e a proporcionalidade da exigência.

22. ESCOLHA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

22.1. JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO SRP

22.1.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP justifica-se pela necessidade de possibilitar à Administração a contratação futura e parcelada dos bens, conforme a demanda efetiva, evitando aquisições em quantitativos superiores ao necessário e garantindo maior eficiência no planejamento das contratações públicas.

22.1.2. O SRP permite maior flexibilidade na gestão das aquisições, possibilitando que a Administração realize as contratações de acordo com sua conveniência e oportunidade, observando-se os princípios da economicidade, eficiência e planejamento, além de reduzir a necessidade de realização de múltiplos procedimentos licitatórios para o mesmo objeto.

22.1.3. Adicionalmente, considerando tratar-se de bens duráveis, cuja demanda pode ocorrer de forma gradativa ao longo do exercício, o registro de preços apresenta-se como solução mais adequada para assegurar a disponibilidade dos bens quando necessário, sem obrigar a Administração à contratação imediata da totalidade dos quantitativos estimados.

22.1.4. Assim, a adoção do Sistema de Registro de Preços encontra amparo nos arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos arts. 299, 300 e 303, incisos II, III e V, do Decreto Estadual nº 11.363/2023, especialmente em razão da conveniência de aquisição futura e parcelada dos bens, do atendimento a mais de um órgão ou entidade participante, bem como da necessidade de uniformização, racionalização e eficiência dos processos de contratação.

22.2. INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)

22.2.1. Nos termos do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 305 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, o órgão gerenciador deverá realizar, na fase preparatória do processo licitatório, procedimento público de Intenção de Registro de Preços — IRP, com o objetivo de permitir a participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual na futura ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades ou do valor máximo da despesa a ser contratada.

22.2.2. A divulgação da IRP visa ampliar a competitividade do certame, promover o planejamento das contratações públicas e permitir o compartilhamento da ata de registro de preços entre órgãos e entidades da Administração Pública.

22.2.3. Os órgãos interessados deverão manifestar formalmente seu interesse dentro do prazo estabelecido na divulgação da IRP, indicando seus quantitativos estimados e demais informações necessárias à consolidação da demanda.

22.2.4. ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

22.2.5. A Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN/AC atuará como órgão gerenciador, sendo responsável por administrar a ata de registro de preços e consolidar as demandas.

22.3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

22.3.1. Poderão participar da presente licitação os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual que manifestarem interesse por meio da Intenção de Registro de Preços – IRP, observando os prazos e procedimentos estabelecidos no Decreto Estadual nº 11.363/2023.

22.3.2. Os órgãos participantes deverão informar seus quantitativos estimados e demais especificações necessárias à consolidação da demanda pelo órgão gerenciador.

22.4. ADESÃO POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES (CARONAS)

22.5. Será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador e observadas as disposições da legislação vigente.

- a) anuência prévia da SEPLAN/AC, na qualidade de órgão gerenciador;
- b) comprovação da vantagem da adesão para a Administração solicitante;
- c) observância dos limites quantitativos previstos na legislação aplicável;
- d) manutenção das mesmas condições estabelecidas na ata, inclusive quanto a preços, especificações e prazos;
- e) vigência da ata de registro de preços.

22.6. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

22.6.1. Compete à SEPLAN/AC:

- a) consolidar as demandas dos órgãos participantes;
- b) promover os atos necessários à realização do procedimento licitatório;
- c) gerenciar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência;
- d) autorizar adesões de órgãos ou entidades não participantes, quando cabível;
- e) acompanhar e fiscalizar a execução das contratações decorrentes da ata;
- f) aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual.

22.7. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

22.7.1. Compete à empresa detentora da ata:

- a) manter as condições da proposta durante toda a vigência da ata;
- b) atender às requisições da SEPLAN/AC e dos órgãos participantes nos prazos e condições estabelecidos;
- c) cumprir todas as obrigações contratuais relacionadas à entrega, garantia, manutenção e assistência técnica dos bens;
- d) manter regularidade fiscal e trabalhista durante toda a vigência da ata;
- e) estender aos órgãos participantes e aos órgãos não participantes autorizados as mesmas condições de fornecimento previstas na ata.

22.8. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

22.8.1. O adjudicatário será convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da convocação formal pela Administração, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação devidamente justificada e aceita pela Administração.

22.9. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

22.9.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Estado, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos para a Administração.

22.9.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de SRP poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo originalmente registrado.

22.9.3. O ato de prorrogação deverá indicar expressamente o prazo da prorrogação e os quantitativos renovados.

22.10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DA ATA

22.10.1. O registro do fornecedor na Ata de Registro de Preços poderá ser cancelado, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador, nas seguintes hipóteses:

- I - por iniciativa da Administração, quando:

- a) o fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou do contrato dela decorrente;
- b) o fornecedor não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, quando este se tornar superior ao praticado no mercado;
- d) razões de interesse público, devidamente justificadas pela Administração, assim o exigirem;
- e) ocorrer fato superveniente que comprometa a execução da ata.

II - por iniciativa do fornecedor, mediante solicitação formal, desde que comprovada a ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que inviabilize o cumprimento das obrigações assumidas, devidamente aceito pela Administração.

22.10.2. O cancelamento do registro do fornecedor deverá ser formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22.10.3. O cancelamento do registro não prejudica a aplicação das sanções administrativas previstas na legislação vigente, quando cabíveis.

23. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

23.1. Não será exigida a apresentação de amostras dos objetos licitados.

23.2. A verificação da conformidade dos bens com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência será realizada no momento da entrega provisória, ocasião em que será avaliada a adequação dos veículos e da estação de carregamento às características exigidas, podendo ser solicitada documentação técnica do fabricante.

23.3. A entrega definitiva ocorrerá após a verificação do atendimento integral às especificações contratuais, nos termos das regras de recebimento previstas neste Termo de Referência.

24. DA SUBCONTRATAÇÃO

24.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação, consistente no fornecimento dos veículos.

24.2. Poderá ser admitida, de forma excepcional e mediante prévia autorização da Administração, a subcontratação de atividades acessórias, tais como transporte, instalação da estação de carregamento ou execução de serviços técnicos especializados.

24.3. Nos casos de subcontratação, deverão ser observadas as seguintes condições:

I - a contratada deverá comunicar previamente à Administração e obter anuência formal para a subcontratação;

II - o subcontratado deverá comprovar habilitação técnica compatível com o serviço a ser executado, bem como, quando aplicável, registro profissional e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao CREA, observando as normas técnicas pertinentes;

III - a subcontratação não implicará transferência de responsabilidade contratual, permanecendo a contratada única e integralmente responsável pela execução do objeto, inclusive pelos atos e omissões de seus subcontratados;

IV - a autorização da subcontratação não exime a contratada das obrigações de garantia, assistência técnica, manutenção e demais responsabilidades previstas neste Termo de Referência.

25. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

25.1. Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto consiste na aquisição de bens comuns, sem dedicação exclusiva de mão de obra e sem complexidade técnica ou risco contratual que justifique a exigência de garantia contratual.

26. DA RESERVA DE COTAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

26.1. A presente licitação será destinada à ampla concorrência.

26.2. Optou-se pelo afastamento da aplicação do tratamento diferenciado previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, com fundamento no art. 4º, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021.

26.3. A medida justifica-se em razão da natureza e do valor estimado dos itens, bem como da necessidade de garantir a ampla competitividade do certame e a participação de fornecedores com capacidade técnica e operacional para o fornecimento de veículos e estações de carregamento compatíveis com as especificações exigidas pela Administração.

27. DO CONSÓRCIO

27.0.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação, nos termos do art. 94, V, do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

27.0.2. A vedação justifica-se pelo fato de que o objeto consiste na aquisição de bens comuns, padronizados e amplamente disponíveis no mercado, cuja execução não demanda a formação de consórcio para assegurar capacidade técnica ou financeira dos licitantes.

27.0.3. Além disso, a participação individual de fornecedores mostra-se suficiente para garantir a competitividade do certame e o atendimento integral às necessidades da Administração, não havendo complexidade técnica ou vulto que justifique a associação de empresas para o fornecimento.

28. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

28.1. Constituem obrigações da Contratante:

- I - exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
- II - designar formalmente fiscal ou equipe de fiscalização para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- III - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;
- IV - receber o objeto no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- V - realizar o recebimento provisório e definitivo dos bens fornecidos, após verificação do atendimento às especificações técnicas estabelecidas;
- VI - disponibilizar local adequado e garantir o acesso às dependências da Administração para a entrega dos veículos e para a instalação da estação de carregamento;
- VII - notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas;
- VIII - comunicar à contratada para emissão da Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre dimensão, qualidade ou quantidade, conforme art. 143 da Lei nº 14.133/2021;
- IX - efetuar o pagamento à contratada no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato;
- X - avaliar pedidos de prorrogação de prazo de entrega e instalação do objeto;
- XI - responder aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo previsto em lei;
- XII - emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes ou de caráter protelatório;
- XIII - aplicar as sanções previstas em lei e no contrato, quando cabíveis;
- XIV - cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações pela contratada;
- XV - não responder por compromissos assumidos pela contratada com terceiros, nem por danos causados a terceiros por atos da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

29. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

29.1. Constituem obrigações da Contratada:

- I - cumprir todas as obrigações constantes no contrato e em seus anexos, assumindo integralmente os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto;
- II - fornecer os veículos e as estações de carregamento em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada;
- III - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, nos termos da Lei nº 8.078/1990;
- IV - comunicar à Contratante, com a maior antecedência possível e devidamente justificado, qualquer fato que possa impedir ou atrasar a entrega do objeto;
- V - atender às determinações regulares emitidas pelo gestor ou fiscal do contrato e prestar todos os esclarecimentos solicitados;
- VI - reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas e no prazo fixado pela fiscalização, os bens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

- VII - responsabilizar-se por todos os danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- VIII - realizar a entrega dos veículos devidamente novos, sem uso anterior, acompanhados de todos os manuais, certificados de garantia e demais documentos técnicos fornecidos pelo fabricante;
- IX - fornecer e instalar as estações de carregamento tipo Wall Box, com todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários ao pleno funcionamento do sistema;
- X - garantir que a instalação elétrica das estações de carregamento seja executada por profissional ou empresa habilitada, observando as normas técnicas aplicáveis, especialmente a ABNT NBR 5410;
- XI - fornecer garantia dos veículos e equipamentos pelo prazo mínimo estabelecido pelo fabricante, contada a partir do recebimento definitivo;
- XII - assegurar a disponibilidade de assistência técnica autorizada no Estado do Acre ou, alternativamente, garantir atendimento técnico adequado sem ônus adicional para a Administração;
- XIII - prestar suporte técnico necessário para operação dos equipamentos e, quando solicitado, orientar os servidores da Contratante quanto ao correto uso das estações de carregamento;
- XIV - assegurar a adequada destinação ambiental das baterias ou componentes substituídos durante o período de garantia, em conformidade com a política de logística reversa prevista na legislação ambiental vigente;
- XV - manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XVI - Garantir a logística reversa e destinação ambientalmente adequada das baterias e componentes substituídos durante o período de garantia, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010.

30. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 30.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 30.2. O Gestor do contrato ou documento equivalente será o responsável pelo setor solicitante da contratação, sendo indicado a critério da Secretaria contratante.
- 30.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotados tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 30.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 30.5. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devem ser cumpridas de imediato.
- 30.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 30.7. **FISCAL DO CONTRATO**
 - 30.7.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
 - 30.7.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;
 - 30.7.3. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;
 - 30.7.4. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;
 - 30.7.5. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;
 - 30.7.6. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;
 - 30.7.7. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

- 30.7.8. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.
- 30.7.9. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 30.7.10. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- 30.7.11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 30.7.12. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeito estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
- 30.7.13. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 30.7.14. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 30.7.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 30.7.16. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 30.7.17. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 30.7.18. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 30.7.19. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 30.7.20. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 30.7.21. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 30.7.22. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;
- 30.7.23. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 30.7.24. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e
- 30.7.25. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

30.8. GESTOR DO CONTRATO

- 30.8.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 30.8.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 30.8.3. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 30.8.4. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 30.8.5. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 30.8.6. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 30.8.7. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 30.8.8. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 30.8.9. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 30.8.10. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 30.8.11. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de

prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

30.8.12. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.

30.8.13. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;

30.8.14. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;

30.8.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

30.8.16. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;

30.8.17. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

30.8.18. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas;

30.8.19. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões;

30.8.20. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;

30.8.21. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;

30.8.22. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e

30.8.23. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

31. DA PROTEÇÃO DE DADOS

31.1. A Contratada, caracterizada como "Operador de Dados" (pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador), conforme inciso VII do artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), deverá se submeter integralmente às recomendações desta Lei, e às orientações e supervisão do Contratante, denominada neste contexto como "Controlador de Dados."

31.2. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

31.3. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

31.4. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre o Contratante e a Contratada, e entre esta e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

31.5. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Contratante, para a execução do serviço objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da Contratada, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

31.6. A Contratada declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados

pelo Contratante.

31.7. A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

31.8. A comunicação não exime a Contratada das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

31.9. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis.

32. DA ANTICORRUPÇÃO

32.1. **Compromisso com a Integridade:** A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

32.2. **Conformidade com a Legislação:** A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

32.3. **Canal de Denúncias:** A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias desta Secretaria, assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

a) E-mail: ouvidoria.seplan@ac.gov.br

b) Plataforma de ouvidoria: <http://falabr.cgu.gov.br/> Site: www.seplan.ac.gov.br

c) Presencial: Térreo do Palácio das Secretarias.

d) Endereço: Sede da Secretaria de Estado de Planejamento, situada na Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 4º andar - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060.

33. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

33.1. DO RECEBIMENTO

33.1.1. O recebimento dos bens será efetuado em duas fases: (i) RECEBIMENTO PROVISÓRIO — no ato da entrega; e (ii) RECEBIMENTO DEFINITIVO — após verificação técnica.

33.1.2. O recebimento provisório será realizado de forma sumária no momento da entrega, mediante o atesto do servidor fiscal designado, e terá como finalidade permitir a posterior verificação funcional e documental dos bens.

33.1.3. O recebimento definitivo deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento provisório, após a realização dos testes funcionais previstos (carga elétrica, rodagem e demais ensaios técnicos), e mediante emissão de termo de recebimento definitivo. Caso seja necessária diligência complementar, o prazo poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa formal.

33.1.4. O descumprimento injustificado das condições de entrega e conformidade permitirá à Administração aplicar sanções e exigir a substituição do bem nos prazos previstos neste Termo de Referência.

33.1.5. Os bens deverão ser entregues devidamente montados, instalados e em pleno funcionamento, quando aplicável, incluindo a instalação da estação de carregamento, sendo tais atividades de inteira responsabilidade da contratada e condição indispensável para o recebimento do objeto.

33.1.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta apresentada, devendo ser substituídos pela contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação da Administração, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

33.1.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa formal, quando houver necessidade de diligências para verificação do atendimento das exigências contratuais.

33.1.8. No caso de controvérsia quanto à execução do objeto, no que se refere à dimensão, qualidade ou quantidade, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para fins de liquidação e pagamento.

33.1.9. O prazo para solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.

33.1.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, qualidade

e segurança dos bens fornecidos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

33.2. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

33.2.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da regular liquidação da despesa, após o recebimento definitivo do objeto, a apresentação do documento fiscal correspondente e o respectivo atesto pelo fiscal ou comissão responsável, observada a ordem cronológica de exigibilidade aplicável às obrigações da Administração.

33.2.2. O documento fiscal deverá conter, no mínimo, a identificação da CONTRATADA, o número do CNPJ correspondente ao constante da proposta e do contrato, os dados bancários para pagamento, o número da nota de empenho, a descrição clara do objeto fornecido ou serviço executado, os valores correspondentes e demais informações exigidas pela legislação fiscal e pelo órgão contratante.

33.2.3. A emissão da ordem bancária será efetivada somente após a conferência, aceitação e atesto do documento fiscal por servidor responsável, bem como após a comprovação do recebimento definitivo do objeto e a verificação da regularidade da CONTRATADA, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

33.2.4. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

a) Secretaria de Estado xxx

b) CNPJ nº xxxxxx

33.2.5. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

33.2.6. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, motivada por erro, incorreção, inconsistência ou ausência de documento obrigatório, este será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, reiniciando-se o prazo para pagamento a partir da data de sua reapresentação regular.

33.2.7. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

33.2.8. $EM = N \times VP \times I / 365$, onde:

33.2.9. EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

33.2.10. N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

33.2.11. VP = Valor da parcela em atraso; e

33.2.12. I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

33.2.13. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Av. Getúlio Vargas, nº. 232 - Centro, Rio Branco - AC, 69900-150, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

33.2.14. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

33.2.15. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

33.2.16. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

33.2.17. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

33.3. DO REAJUSTE

33.3.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação.

33.3.2. Data do Orçamento estimado: 14/05/2026

33.3.3. Após o interregno mínimo de 01 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

33.3.4. O reajuste será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V \times (I1 / I0)$$

Onde:

R = valor reajustado;

V = valor contratual a ser reajustado;

I1 = índice do IPCA correspondente ao mês do reajuste;

I0 = índice do IPCA correspondente ao mês do orçamento estimado da contratação.

33.3.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

33.3.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

33.3.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

33.3.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

33.3.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

33.3.10. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos da legislação vigente.

34. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

34.1. A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

34.2. Das sanções aplicáveis

34.2.1. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I - Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
- II - Multa, aplicada nos seguintes casos:
 - a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - b) o atraso superior a 30 (trinta) dias poderá ensejar a extinção do contrato por descumprimento de suas cláusulas, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- III - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III e IV, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos V, VI, VII e VIII, bem como nos casos previstos nos incisos II, III e IV que justifiquem penalidade

mais grave, nos termos do art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

34.3. Critérios para aplicação das sanções

34.3.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- IV - a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

34.4. Procedimento administrativo

34.4.1. A aplicação de qualquer sanção administrativa dependerá da instauração de processo administrativo, assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

34.4.2. A competência para aplicação das sanções será da autoridade competente da SEPLAN/AC, observadas as disposições do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

34.4.3. A sanção de declaração de inidoneidade deverá ser precedida de análise jurídica, conforme previsto no §6º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

34.4.4. As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas cumulativamente, quando cabível.

34.5. **DA NOTIFICAÇÃO PARA APURAÇÃO E APLICAÇÃO DE SANÇÕES**

34.5.1. A instauração de procedimento administrativo destinado à apuração de infrações administrativas praticadas no âmbito da licitação, da contratação e da execução contratual, bem como as notificações, intimações, solicitações de manifestação, apresentação de defesa e demais atos relacionados à eventual aplicação de sanções administrativas, serão encaminhadas à licitante, adjudicatária ou contratada por meio do endereço eletrônico cadastrado no SICAF, o qual será considerado, para todos os fins, como canal oficial de comunicação com a Administração.

34.5.2. Incumbe exclusivamente à licitante, adjudicatária ou contratada manter atualizado o endereço eletrônico constante do SICAF, não cabendo alegação de desconhecimento, ausência de ciência ou nulidade da comunicação quando comprovado o envio da notificação pela Administração ao e-mail ali cadastrado, sem prejuízo da utilização de outros meios admitidos em lei, quando necessário.

34.5.3. Para fins de ciência formal, considerar-se-á realizada a notificação no primeiro dia útil subsequente ao envio da mensagem eletrônica, iniciando-se a contagem do prazo legal, editalício ou contratual correspondente no primeiro dia útil seguinte ao da ciência presumida, assegurados, em qualquer hipótese, o contraditório e a ampla defesa. A regra aplica-se, inclusive, às apurações relacionadas a atos praticados durante a fase licitatória, tais como os previstos no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como àqueles verificados na fase de contratação e na execução do ajuste.

35. DISPOSIÇÃO GERAIS

35.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos neste Termo de Referência.

35.2. As despesas com impostos, fretes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, fiscais ou quaisquer outras despesas incidentes sobre o item licitado serão de responsabilidade da CONTRATADA.

35.3. **As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.**

[assinado eletronicamente]

Ketlyn Fernanda Reda Oliveira Silva

Chefe do Núcleo de Serviços Gerais e Transporte - NUCSG

Portaria SEPLAN nº 16 - 07 de fevereiro de 2024



Documento assinado eletronicamente por **KETLYN FERNANDA REDA OLIVEIRA SILVA**, em 01/06/2026, às 13:43, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP6297F3 21C66611 430FB04D ABB0E4A7** e código CRC **43FC15**

